CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 27, nº 1, p. 193-210, jan./jun., 2012

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ELEITORAL DOS TRABALHADORES RECIFENSES (1876-1881)[1]

Felipe Azevedo e Souza*

A maior parte da população do Recife residia nas três ilhas que formavam o núcleo central da cidade. Foi naquelas porções de terra espremidas entre as águas do atlântico e dos rios Capibaribe e Beberibe, que propriamente cresceu e se desenvolveu a cidade, em torno de seu potencial aquático para o transporte de pessoas e mercadorias. Foi inclusive esta sua vocação que lhe marcou o batismo. O nome próprio Recife é um termo que teve por matriz embrionária a parede de arrecifes que continha o avanço do mar bravio e que formava um tranquilo ancoradouro natural às embarcações que chegavam na vila.[2]

Essa estreita formação rochosa legou ao Recife muito mais do que o seu nome. O potencial mercantil da cidade pode ser atribuído em grande monta ao seu porto natural, segundo Maria Graham, *uma localidade singular, adequada para o comércio.* (MAIOR; DANTAS, 1992, p. 123) No século XIX, raras foram as vezes em que aquele cais não esteve lotado de embarcações. Ainda em 1816 um depoimento de Tollenare já dava mostras que a capacidade do porto gradativamente ia ficando aquém de sua demanda, segundo o francês, o

> *Poço [lugar onde a profundidade era mais abissal e, portanto servia melhor como ancoradouro] não pode conter mais de 10 ou 8 navios; por isso geralmente só as grandes embarcações ali ficam, as outras sobem depois até a cidade"* (TOLLENARE, 1816, p. 93).

Nas gravuras oitocentistas que retratam a costa recifense, o que se vê é de fato uma superlotação de embarcações formando um paredão de madeira flutuante sobre o mar, de onde distendiam-se verticalmente mastros e velas brancas. É o que demonstravam também as publicações cotidianas do *Diario de Pernambuco*, onde uma seção regular, intitu-

lada *Movimento do Porto*, informava os leitores do intenso vai e vem de paquetes, fragatas e vapores. Bem como na parte de anúncios, onde se destacava uma seção nominada *Maritmos*, com ampla divulgação das navegações que iriam passar pelo porto, a maior parte com ilustrações dos navios e seus destinos: Bordeaux, Montevidéu, Lisboa, Penedo, Valparaizo, Dakar, etc. Nas quadrinhas era anunciado o serviço de *carga, passagens, encommendas e dinheiro a frete*,[3] que podiam ser firmados nos próprios escritórios das empresas estrangeiras, a maior parte delas na Rua do Comércio, no próprio bairro portuário. A leitura daquelas páginas dava mesmo a impressão que o Recife estava conectado a todos os outros portos do mundo.

Por aquele cais passou grande parte da riqueza produzida por Pernambuco e províncias vizinhas durante todo o século XIX. De acordo com dados de Raimundo Arrais, em 1883 o porto do Recife era o terceiro em movimentação financeira no país, ficando atrás do porto do Rio de Janeiro e do de Belém, que gozava grande expansão motivada pelo *boom* das exportações da borracha (ARRAIS, 2004, p. 114). O cais era fundamental para garantir à capital pernambucana *uma posição hegemônica sobre as áreas vizinhas de outras províncias do Norte* (Idem, p. 113).

O bairro portuário, chamado bairro do Recife ou São Pedro Gonçalves, era "a *cité* da capital de Pernambuco, [...] o foco do comércio e da atividade mercantil", onde estavam "estabelecidas todas as casas de comércio de grosso trato, nacionais e estrangeiras, grande parte das chancelarias dos cônsulos, a caixa filial do Banco do Brasil, a Associação do Comércio Agrícola e a Associação Comercial Beneficente", ali também existiam escritórios de várias companhias de seguro, uma caixa econômica e armazéns de açúcar e algodão (MELLO, 1975 p. 834).

Pelo alto volume de capital concentrado naquela parte da cidade, o bairro do Recife era o único a ter policiamento ostensivo nas vinte quatro horas do dia, *os outros bairros, [eram] vigiados apenas até a meia-noite* (MAIA, 2001, p. 123). A outro motivo devia-se o intenso patrulhamento: o grande fluxo de estrangeiros,[4] forasteiros, escravos e da arraia miúda que desembarcava, trabalhava ou vivia naquela ilhota. Longe de ser frequentado apenas por grandes comerciantes e homens de negócio bem trajados, havia um grande número de pessoas das camadas mais pobres naquele que era o bairro mais intensamente povoado da cidade. Trabalhadores marítimos, estivadores, artistas, criados de servir e vendedores, bem como, vendedoras ambulantes, protagonizavam diariamente uma grande movimentação nas ruas do bairro. Henry Koster ao se hospedar naquele lugar disse ter se acomodado *tão tranquilamente como possa estar alguém quando uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender* (MAIOR e DANTAS,1992, p. 82; SILVA, 2004).

A concentração demográfica era enorme para os termos da época, na delgada faixa de terra que compreende o bairro do Recife residiam quase dez mil pessoas, espalhadas, ou espremidas, por 967 domicílios,[5] em sua maioria *sobrados estreitíssimos e, dentro deles, um excesso de gente. Gente respirando mal, mexendo-se com dificuldade. Às vezes oito pessoas dormindo no mesmo quarto* (FREYRE, 2004, p. 273). As condições de salubridade dos dormitórios, pela estrutura dos edifícios e por sua superlotação, eram preocupantes, verdadeiros focos de propagação de doenças tropicais. Gilberto Freyre compõe uma descrição sensorial interessante deste cenário, a partir de sua prodigiosa imaginação histórica, afirma:

> *[...] os quartos de dormir impregnavam-se de um cheiro composto de sexo, de urina, de pé, de sovaco, de barata, de mofo. Porque nas alcovas também se guardavam roupas, às vezes penduradas do teto – como certas comidas na dispensa – por causa dos ratos, dos bichos, da umidade. Quando a inhaca era maior, queimavam-se ervas cheirosas dentro dos quartos* (FREYRE, idem, p. 324).

Em 1876, muitos dos que viviam nessa situação, ganhando rendas mínimas por tra-

balhos braçais no cais do porto e vivendo de aluguel em sobrados miseráveis, roçavam ombros nos dias eleitorais com negociantes janotas que residiam em sobrados particulares com janelas de vidro e ferro e com um contingente de criados de servir à disposição.

As listas eleitorais mostram essa variada composição social dos votantes, ainda que a legislação da época fosse branda e conseguisse levar às urnas indivíduos dos mais diversos ofícios, é sempre pertinente lembrar que muita gente ficava ainda de fora do jogo eleitoral, em sua quase totalidade eram indivíduos das camadas mais baixas.[6] Das listas, portanto, uma boa fatia da sociedade estava excluída, principalmente indivíduos que se achavam desempregados e as camadas mais miseráveis da sociedade, cujos ganhos não chegavam aos 200 mil réis, censo exigido pela legislação. Alijados também estavam aqueles que desempenhavam certos ofícios cuja natureza implicava em uma suposta falta de liberdade política ou de independência de opinião, eram os praças de pré, os criados de servir e os eclesiásticos regulares. Havia, contudo, quem votasse mesmo sem possuir as devidas qualificações legais, desde que contasse com a proteção extralegal de algum poderoso do lugar.

Mesmo com essas limitações, as listas conseguiam refletir as especificidades econômicas de cada lugar a partir dos dados de seus votantes. No caso do bairro do Recife, por exemplo, os trabalhadores ligados ao comércio e as atividades portuárias predominavam, como mostra a tabela abaixo:

A documentação utiliza uma linguagem genérica, agrupando diversas modalidades de emprego diferentes sob a mesma categoria de ofício. O termo marítimo, por exemplo, que, segundo um dicionário do século XIX, designava os trabalhadores que eram da marinha ou "sito na marinha" (PINTO, 1832) podia ser empregado para todos os embarcadiços, desde comandantes até marinheiros. O mesmo pode-se dizer da categoria artista, que englobava boa variedade de trabalhos especializados diferentes. Nesse sentido, a partir dessas fontes, não se pode afirmar com exatidão a qual tipo de artistas a lista se refere, mas a partir de uma contextualização das demandas por trabalho daquele bairro e da própria diversidade de rendas que existia entre os homens classificados como "artistas" nas listas eleitorais, pode ser esboçada uma descrição aproximada da variedade de artífices que votavam naquele lugar.

O coração do bairro do Recife era seu porto, onde a demanda por artistas especializados urgia cotidianamente. Embarcações que aportavam com avarias em seus cascos necessitavam os serviços de calafates. Para o grande fluxo de mercadorias que chegavam e partiam, barris eram imprescindíveis ao transporte e, para a confecção desses barris, deveria existir um bom número de tanoeiros. Muitos carpinteiros utilizavam de sua afinidade com a madeira para também empregá-las no conserto de barcos. Outros carpinteiros, pedreiros e ferreiros ficavam a disposição para as necessidades que os enormes armazéns e o próprio porto deveriam gerar cotidiana-

Tabela VIII – Ofícios desempenhados pelos votantes do bairro do Recife (1876)

Artista	214
Negociante	185
Marítimo[8]	166
Funcionário Público	36
Caixeiro	19
Estivador	18
Médico, Oficial da Marinha, Jornaleiro, Sacerdote, Pescador, Advogado, Foguista, Professor, Solicitador, outros.	79
TOTAL	717

Fonte: *O Tempo*, julho-agosto 1876.

mente. Boa parte deles trabalhava nas obras de reestruturação do porto, fato que em 1876, foi criticado pelo jornal conservador *O Tempo*, que denunciava que o grande incremento de artistas nas reformas do porto guardava motivações políticas, dizia o articulista do periódico que *das obras do melhoramento do porto fez-se um viveiro de votantes liberais [...] o carpina da repartição das obras públicas é um dos mais valentes cabalistas liberais* (*O TEMPO*, 3 de outubro de 1876).

Havia de fato um exército de artistas à disposição do porto, trabalhando para o pleno funcionamento daquele entreposto comercial. Entre os próprios artistas, as listas eleitorais mostram variadas rendas, enfatizando a complexidade da categoria. Quinze deles ganhavam altas somas, com vencimentos entre um e três contos de réis, provavelmente mestres de ofício que comandavam equipes de artífices. Havia também uma camada intermediária, cerca de cinquenta trabalhadores que recebiam soldos entre 500 e 800 mil réis. A maioria restante, mais de cento e cinquenta artistas, dizia respeito a trabalhadores pobres, que ganhavam menos de 400 mil réis.

As outras profissões indicadas pela tabela também se relacionam com as atividades portuárias e com a efervescente praça de comércio que funcionava no bairro. Marítimos e estivadores lidavam diretamente com as navegações, os negociantes e caixeiros eram agentes das atividades mercantis e grande parte dos funcionários públicos trabalhava na alfândega aduaneira.

No conjunto de votantes, trabalhadores de todas as classes sociais estavam representados nas listas, com uma ligeira maioria relativa da participação de homens das camadas intermediárias, eram pessoas vinculadas diretamente ao tráfego comercial. Observe na tabela que segue abaixo:

Contíguo ao bairro portuário estava o de Santo Antonio, localizado na parte norte de uma ilha peninsular que também sediava o bairro de São José. O perfil populacional de Santo Antonio não destoava substancialmente da ilha do Recife, a densidade demográfica era semelhante, mas o visitante encontraria ali ruas *mais largas e mais direitas que as do bairro do Recife* (MAIOR; DANTAS, p. 842) o que, digase de passagem, não era lá motivo para grandes exaltações urbanísticas, visto que nos dois bairros o adensamento habitacional se espraiou por dezenas de becos e vielas pingentes às largas ruas principais, onde a estreiteza dos caminhos e a estatura dos sobrados acabavam por dificultar sobremaneira a infiltração de raios solares nessas travessas úmidas e geralmente mal cheirosas.

Tabela IX – Renda média dos votantes do bairro do Recife (1876)

Renda anual em mil réis	Nº de eleitores	%
Entre 200 e menos de 400	223	31,3%
Entre 400 e menos de 800	266	37%
Entre 800 e menos de 2:000	168	23,4%
Mais de 2:000	60	8,3%
TOTAL	717	100%

Fonte: *O Tempo*, julho-agosto 1876.

Os sobrados magros eram ali apropriados *no seu significado mais mercantil com a associação da morada, nos andares superiores, e a utilização do térreo para estabelecimentos comerciais* (JUREMA,1952). O alto comércio ditava o charme das principais ruas de Santo Antonio: a rua Nova, a Duque de Caxias, a larga do Rosário. O pequeno bairro como um todo estava repleto de lojas de luxo para satisfazer uma elite econômica local e afeita a modismos europeus, o mundo do alto consumo estava ali onde se podiam encontrar os melhores modistas, ourives, lojas de porcelana, joalherias, fotógrafos, chapelarias e camisarias (ALMANACK, 1881). Os negociantes à frente desse comércio encabeçavam a lista de ofícios do bairro e com seus altos rendimentos impulsionavam a renda média de votantes[7], como pode ser visto na tabela a seguir:

A sede do governo provincial ficava no bairro, por isso o alto número de funcionários públicos na lista acima, além disso, Santo Antonio concentrava a maior parte das repartições públicas da cidade:

> *o palácio e a secretaria do governo, a repartição da polícia, a das obras públicas, a Relação do distrito, o tribunal dos jurados, a Tesouraria Geral, a Tesouraria Provincial, a sala das audiências dos juízes do crime, do cível e da paz, o selo e o correio* (ALMANACK, 1881).

Se ali estavam os órgãos do governo, também estavam os de oposição, fosse ela liberal ou conservadora, pois era no bairro de Santo Antonio que estavam sediadas as redações dos quatro principais periódicos que circulavam na cidade,[8] bem como as maiores tipografias, livrarias e papelarias, que estavam

Tabela X – Renda média dos votantes do bairro de Santo Antonio (1876)

Renda anual em mil réis	Nº de eleitores	%
Entre 200 e menos de 400	85	7,3%
Entre 400 e menos de 800	297	26%
Entre 800 e menos de 2:000	478	41,5%
Mais de 2:000	291	25,2%
TOTAL	1151	100%

Fonte: *O Tempo*, julho-agosto 1876.

Além dos negociantes envolvidos no comércio de luxo, uma elite burocrática e a concentração de profissionais liberais no bairro faziam com que o nível de renda daquela área fosse o mais alto da cidade. Veja na tabela que segue, quais eram os ofícios mais desempenhados pelos votantes:

estabelecidas naquele bairro com mais intensidade do que em qualquer outro.

Órgãos e agremiações da sociedade civil que tinham por fim movimentar a vida política e intelectual também tinham por base Santo Antonio, como o diretório executivo do Partido Liberal, que ficava na prestigiada Rua

Tabela XI - Ofícios desempenhados pelos votantes do bairro de Santo Antonio (1876)

Negociante	391
Artista	370
Funcionário Publico	133
Advogado	26
Não informado	25
Professor	24
Proprietário, Médico, Militar, Escrivão, Solicitador, Oficial de Justiça, Padre, Guarda-Livros, Despachante, Boticário, Bacharel, outros.	183
TOTAL	1151

Fonte: O Tempo, julho-agosto 1876.

Duque de Caxias, de onde em uma caminhada de cerca de cinco minutos podia-se chegar à sede do Club Popular, um pouco além estava a sede do Club Democrata.[9] Os três mais significativos teatros da cidade ficavam também no mesmo bairro, o pomposo Santa Izabel, o Santo Antonio e o Fenix Dramática, assim como espaços onde o debate era franqueado em conferências eventuais, como o Gabinete Português de Leitura[10] e a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco.

Esses estabelecimentos formavam um tipo de circuito político e cultural que ensejavam a circulação da nata da intelectualidade recifense pelas ruas de Santo Antonio cotidianamente. Tal configuração fazia com que o bairro fosse como uma caixa de ressonância dos boatos e notícias da cidade, o que provavelmente contribuía para que o local fosse um centro de movimentações e mobilizações políticas.

Santo Antonio dispunha de muitos espaços de sociabilidade, eram vários os restaurantes e cafés, que longe de servir apenas a fins gastronômicos, eram lugares de encontro e difusão de informação, como denotava uma publicidade do *Café Harmonico,* que ficava na rua da Imperatriz e que dizia ser *mais um centro de palestra e diversão de nossa sociedade* (*A Democracia*, 20 de setembro de 1880). Dizia Abdalá-el-Kratif[11] que o mais frequentado era o *Café do Paiva*, *porque tem três bilhares* (MAIOR; DANTAS,1992, p. 860).

Para a população menos abastada a alternativa mais viável para tomar um trago e jogar conversa fora eram as tavernas. Esses estabelecimentos praticamente beiravam a onipresença nas ruas do Recife, só no bairro de Santo Antonio, com suas *trinta e três ruas, vinte travessas, sete becos e sete largos* (Idem, 842), contavam-se mais de 50 tavernas (ALMANACK, 1881, p. 172). Onde homens brancos pobres e negros livres ou não, compartilhavam experiências de vida e bebiam na mesma bancada, (SANTOS, 2001) *as tavernas eram parte imprescindível do mundo de lazer popular* (SANTOS, 2008, p. 103).

Nesses lugares, entre um gole e outro a discussão política, sobre o governo e a oposição, podia ser escutada em meio ao burburinho, os soluços e o tilintar de copos.[12] Se a frequência de grande número de analfabetos era certa nesses lugares, era também comum que homens letrados sacassem jornais ou folhetos e os lessem em voz alta com o fim de informar conteúdos da pauta diária e aguçar discussões. Foi dessa maneira que a Lei Saraiva foi recebida em Caruaru, cidade do interior de Pernambuco, onde *alguns conservadores [...] andaram com os Diários lendo e mostrando a uns e a outros, até mesmo nas vendas e lojas* (DIARIO DE PERNAMBUCO, 16 de fevereiro de 1881). Em dias de eleição algumas tavernas chegavam a ser apropriadas pelos grupos políticos em disputa, onde eram montadas tendas para receber os correligionários, aliados, votantes, e toda a gente interessada nas eleições. Eram os chamados barracões, onde havia "muita bebedeira e comilança para o povo, por conta, é claro, de quem queria ser elegível".[13] Com um ou dois dias de antecedência da manhã de votação esses estabelecimentos já viravam redutos partidários. Envoltos por muita agitação, era normal que nesses lugares grande número de homens varasse a noite bebendo à espera do domingo de eleições. Essa concentração de gente e de álcool em meio ao clima de tensão eleitoral resultava muitas vezes em confusão, como a que aconteceu no bairro de São José nas eleições de 1876, quando votantes conservadores:

> *Andaram em completa embriaguez, provocando aos liberaes inermes, com quantos vocabulários lhes eram próprios. [...] E não contentes com isso, dirigiram-se ás 2 horas da madrugada ao barracão liberal, completamente alcoolisados, e dispararam dois tiros de rewolver. Felizmente nada houve a lastimar, pelo bom senso de todos os liberais presentes.Depois disso, os sicários andaram pelas ruas da freguezia soltando foguetes, e apupando os liberaes em suas casas.*[14]

A disseminação de debates e ideais fluía espontaneamente, de modo imponderável.

O simples tráfego de formadores de opinião pelos caminhos do bairro, utilizando seus serviços, confraternizando em conversas casuais de onde poderia ser possível ouvir em uma tabacaria críticas bem fundadas contra o imposto do fumo que o governo acabara de implementar, ou talvez em uma barbearia, onde alguém espalhasse boatos em relação aos candidatos cotados para as próximas eleições de juiz de paz. Aliás, os barbeiros, principalmente os bem frequentados de Santo Antonio, deveriam ser ótimos lugares para espalhar-se boatos, pelo menos é o que insinuava uma quadrinha da época, que dizia:

> *A um Barbeiro*
> *Si a tua língua trabalha*
> *Do credito e honra em míngua,*
> *Faze-me a barba co'a língua,*
> *Que corta mais que a navalha*
> (ALMANAK LITTERARIO PERNAMBUCANO,1882, p. 48).

Polemistas e ativistas políticos tinham consciência deste potencial propagador do bairro. Além da divulgação de manifestações pelo boca a boca e em anúncios nos jornais da cidade, utilizavam também de panfletos que eram distribuídos aos passantes, como fizeram os membros do *Club Popular,* quando divulgaram os *meetings* em protesto contra a carestia das carnes verdes em 1881, ocasião em que *espalharam-se muitos avulsos convidando o povo (A Democracia*, 28 de maio de 1881).

A população era convocada a comparecer em conferências populares que podiam ocorrer nos teatros Santa Izabel e Santo Antonio, bem como no salão do Club Popular. Mas a presença do grande público era esperada mesmo nos *meetings*, eventos semelhantes ao que hoje conhecemos por comícios, que aconteciam com grande frequência nos sábados e domingos pelos largos mais famosos da cidade, como o da Matriz de Santo Antonio, o do pátio do Terço, o da Matriz de São José ou o Largo da Paz. Esses eventos reuniam centenas, às vezes milhares, de pessoas que iam para as ruas fortalecer os seus laços com determinado grupo ou posicionamento político.

Em eleições fortemente disputadas, como foram as de 1876,[15] o apelo a essas manifestações era certo, principalmente do lado dos liberais, onde sobressaía o carisma do bacharel José Mariano, liderança cuja empatia junto à população só era talvez comparável ao lendário Borges da Fonseca. Em um *meeting* realizado em um domingo de tarde no largo de Santo Antonio durante a campanha eleitoral de 1876, o jornal conservador *O Tempo* (1876) contabilizou "cerca de 500 pessoas" que estavam ali para ouvir falar os liberais, principalmente o *tribuno popular* José Mariano, que falou "pelo grande espaço de uma hora". Em situação análoga, no dia anterior, fim de tarde de sábado, os liberais apresentaram a candidatura de Saldanha Marinho em uma "reunião popular" no Pátio do Livramento, o público presente, conforme o mesmo jornal conservador, foi de "cerca de duzentas pessoas" que "com muita attenção e repeitoso silencio, ouviram o eloqüente orador". (*O TEMPO*, 1976). Em *meetings,* no ano de 1867, Suzana Cavani Rosas (2011, p. 168) encontrou jornais apontando a presença de "300, 400 e até 1.200 pessoas reunidas".

No primeiro semestre de 1881 manifestações públicas como essas tiveram grande recorrência. Nesse período, a presença do povo nas ruas obedeceu a razões especiais, deveu-se a um amplo descontentamento quanto ao fornecimento das carnes verdes. Quem quisesse comprar carne nos açougues da cidade teria de pagar um preço muito alto por um produto de péssima qualidade.[16] Devido a uma fustigante *secca que em 1877 e 1878 devastou todo o sertão que demora entre os rios S. Francisco e o Parnahyba*, a pecuária bovina da região sofreu um forte abalo, com os rios e açudes secos *o gado existente naquella vasta zona ficou reduzido a um terço* (ANNAES DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE PERNAMBUCO, 1881), comprometendo substancialmente a provisão do gênero no mercado recifense e revoltando cidadãos pobres e das camadas médias que há alguns meses estavam sendo forçados a mudar a dieta alimentar por causa dos altos valores cobrados pela carne.[17] A insatisfação da população não

era só por que não conseguiam levar mais o alimento à mesa, era também contra um grupo de atravessadores que estavam enricando a olhos vistos com a situação, controlando os preços a partir do monopólio do abastecimento. Depois de algumas manifestações de setores da população contra a situação, integrantes do *Club Popular*, com José Mariano à frente, decidiram encampar a luta pelo fim do monopólio e por uma intervenção estatal direta no caso, para tanto, encetaram uma campanha popular organizando uma agenda de *meetings* nos bairros de Santo Antonio e São José.

O dia 9 de junho de 1881 foi um dia importante na luta contra a carestia da carne, ao fim da tarde daquela quinta-feira, o largo de Santo Antonio viu-se repleto de gente, e ainda que os números indicados pelos liberais para precisar quantas pessoas compareceram ao local soem exagerados, eles dão uma ideia da magnitude do *meeting* daquele dia, como pode-se depreender do relato abaixo:

> *Podemos calcular em mais de 4.000 as pessoas que alli compareceram, tornando a reunião imponente tanto pelo número, como pelos que nella intervieram, que eram de todas as classes sociaes e de todos os credos políticos. [...] Desde as 4 horas da tarde começou o povo a affluir, atopetando aquelle largo e parte das ruas do Cabugá e Barão da Victoria, além do crescido numero de pessoas que achavam-se nas adjacências e de outras que enchiam as janellas de todas as casas d'onde a reunião podias ser presenciada* (A DEMOCRACIA, 10 de junho de 1881).

Pelos relatos da imprensa a manifestação custou a se encerrar.

> *Procurando dissolver o povo no mesmo ponto em que se reunira, o Sr. Dr. José Marianno não o pode conseguir completamente, porque parte daquelle insistio na idea de sahir d'alli em passeiata, como sahio, indo até a freguezia da Boa Vista", já "eram 7 horas da noite quando, em frente á igreja matriz da Boa Vista, pôde o Sr. Dr.José Marianno conseguir que o povo dispersasse* (A DEMOCRACIA, 10 de junho de 1881).

Em outra manifestação, o mesmo se deu, o evento que, no início, era um *meeting* no largo Saldanha Marinho virou passeata após os discursos de alguns parlamentares liberais e encaminhou-se para o *palácio do presidente acompanhando-a uma grande massa popular*. Aquele trajeto era relativamente curto, mas suficiente para chamar a atenção de todos que ali estavam, visto que durante o percurso da passeata *ergueu o povo muitas vivas* (A DEMOCRACIA, 28 de maio de 1881).

É interessante notar que na cobertura deste tipo de manifestação, onde se reunia um *crescidissimo numero de cidadãos [...] que eram em sua maioria, ou quase totalidade, das classes menos favorecidas da fortuna* (A DEMOCRACIA, 31 de maio de 1881), havia sempre uma preocupação declarada nos jornais sobre a forma como eram dissipados esses *meetings* e de como as lideranças dos protestos buscavam mantê-lo no limiar da ordem. Em uma matéria do jornal *A Democracia* lembrava-se que *a conveniencia de haver toda a ordem, [seria] para mostrar que [aquele] era um povo que sabe tanto ser livre como disposto em pugnar pelos seus direitos conculcados* (A DEMOCRACIA, 10 de junho de 1881) A manifestação ideal seria aquela que findasse *sem que o menor incidente transtornasse a ordem publica* (op. cit., 28 de maio de 1881), como salientavam os homens de imprensa.

Mas nem sempre reinava o espírito da ordem. Ao fim de um *meeting* na campanha eleitoral de 1876, mais uma vez encetado pelo grupo de José Mariano, boa parte do público presente, que segundo um jornal liberal contava-se em *mais de dous mil cidadãos* (*A PROVINCIA*, 19 de setembro de 1876), saiu em passeata pelas ruas, e chegando na rua Aurora obstruiu os trilhos do *bond*, *não permittindo propositalmente que os carros passassem*. Acontece que em um dos vagões encontrava-se o chefe de polícia acompanhado de um praça da cavalaria, que se sentindo ameaçado pela situação desembainhou a espada, mas antes que esboçasse algum golpe com sua arma, o praça foi esfaqueado por um manifestante na multidão. Na imprensa conservadora o tumulto foi atribuído a José Mariano por inci-

tar a desordem, enquanto jornais liberais responsabilizavam o chefe de polícia por inflamar o povo ao ameaçar as pessoas com golpes de espada. Em ambas as gazetas o "direito de reunião" era evocado, (*O TEMPO*, 19 de setembro de 1876) a "liberdade do cidadão" era conclamada (A PROVINCIA, 17 de setembro de 1876), os ataques da imprensa não grassavam sobre o tipo de manifestação, mas contra as lideranças incautas que acabaram gerando a confusão. Nesse sentido, vale salientar que a legitimidade da manifestação não foi colocada em questão, mesmo diante de uma situação como aquela que havia ocasionado a morte de um praça da cavalaria.

As mobilizações políticas de rua faziam parte da vida recifense, ainda que faltem estudos aprofundados para precisar a maneira e a frequência com que esses eventos se repetiam no século XIX. Quem folheia as páginas dos jornais oitocentistas pode notar que os *meetings*, as passeatas, as conferências populares, estavam arraigadas na forma com que as pessoas da cidade protestavam e posicionavam-se politicamente. Em 1873, no seu caderno de memórias, o velho Félix Cavalcante dizia que essas práticas já haviam virado um *costume estabelecido pelo Partido Liberal de reunir-se nas praças públicas para tratar de negócios políticos* (FREYRE, 1959, p. 79). Os dois mais icônicos líderes populares do Recife oitocentista, José Mariano e Borges da Fonseca são bons exemplos de que políticos que pugnavam causas populares (como a nacionalização do comércio a retalho no caso de Borges, ou a subvenção estatal às carnes verdes, no caso de Mariano) podiam lograr ótimos resultados em um sistema eleitoral onde o voto era franqueado a amplas parcelas da população, de forma análoga a presença do povo nas ruas fazia com que lideranças na imprensa e na legislatura fossem fidelizadas aos interesses populares.[18]

Em meio a essas movimentações políticas os moradores do bairro de São José destacavam-se pela presença conspícua nos protestos do Recife Imperial e também por lançar mão de estratégias variadas em suas lutas pela ampliação ou consolidação de direitos. Sobre São José, vale dizer que era um bairro mais extenso, tomava algo em torno de dois terços da ilha onde também se localizava Santo Antonio. Aquelas eram duas freguesias unidas pelo mesmo pedaço de terra, mas separadas por uma configuração social repleta de dessemelhanças. Enquanto que Santo Antonio dispunha de uma população votante abastada, do outro lado da ilha a situação era diferente. O bairro de São José notabilizou-se pelo seu grande contingente de trabalhadores pobres e pelo desordenamento urbano, que se tornava mais evidente à medida que aumentava a distância das cercanias de Santo Antonio (ROCHA, 2003).

Entre diferenças e semelhanças pode-se reparar que, tais quais as listas de votantes de Santo Antonio e do Bairro do Recife, as três categorias de ofícios mais desempenhados pelos votantes de São José eram: artista, negociante e funcionário público. No entanto, neste bairro a proeminência dos artistas era inquestionável, mais de 40% dos votantes foram classificados nesta categoria, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela XII – Ofícios desempenhados pelos votantes do bairro de São José (1876)

Artista	637
Negociante	306
Funcionário Público	142
Empregado	107
Pescador	63
Jornaleiro	51
Proprietário, Advogado, Professor, Solicitador, Carroceiro, Guarda-Livros, Músico, Oficial de Justiça, outros.	212
TOTAL	1518

Fonte: *O Tempo*, julho-agosto 1876.

Além do grande número de artistas, a lista de São José se diferencia das outras por uma maior presença de trabalhadores pobres, como empregados, pescadores e jornaleiros, homens que estavam sujeitos a jornadas de trabalho avulsas, muitos à mercê de *uma constante troca de emprego, prática conhecida no Recife como "gancho"*, (MC CORD, 2009, p. 125) *[que] contribuía para fomentar o "nomadismo do operário"*. A realidade é que o bairro de São José era a parte mais pobre do núcleo central do Recife e a renda média dos votantes é apenas mais um indício deste fato:

Tabela XIII – Renda média dos votantes do bairro de São José (1876)

Renda anual em mil réis	Nº de eleitores	%
Entre 200 e menos de 400	419	27,8%
Entre 400 e menos de 800	628	41,3%
Entre 800 e menos de 2:000	382	25,1%
Mais de 2:000	89	5,8%
TOTAL	1518	100%

Fonte: *O Tempo*, julho-agosto 1876.

Em meados do século XIX, os trabalhadores manuais do Recife viviam um processo de "proletarização", a oferta de mão de obra por homens livres vinha crescendo em um ritmo muito maior do que o fôlego econômico da capital pernambucana, tendência que fazia crescer o número de desempregados e de subempregos, bem como desvalorizava os salários e tornava precárias as condições de trabalho entre aqueles que possuíam ofícios regulares. A competição por uma vaga no mercado de trabalho ganhava tons mais dramáticos a partir de 1877, quando levas de pessoas migraram dos sertões para o Recife, fugindo dos flagelos da seca. Um estudo sobre o tema aponta que *os retirantes da Capital em maio de 1878 somavam aproximadamente 20.000, o que representava um acréscimo de 16% sobre a população normal da cidade, que era de 130.000* (HOUNIE, 1991, p. 68). O mesmo trabalho de Emilia Hounie mostra como esses retirantes passaram a ser vistos como *uma reserva de mão de obra barata da qual convinha tirar o máximo proveito possível* (HOUNIE, 1991, p. 78), de modo que dificilmente o mercado de trabalho no Recife foi mais selvagem do que nesse período de exceção, com um grande exército de mão de obra disponível que criava as condições ideais para o afloramento de uma situação de exploração dos trabalhadores por parte de seus empregadores, com uma recorrente desvalorização dos salários e submissão à classe patronal.

Em São José, com sua maior concentração de trabalhadores não especializados ou semi-especializados, esse processo era sentido com mais nitidez. Algumas petições escritas por trabalhadores do bairro para a Assembléia Provincial evidenciam como as condições de vida dessas pessoas estavam aquém de suas expectativas para a manutenção de um padrão minimamente estável. Em um desses documentos um grupo de sete guardas do mercado de São José pedia um incremento salarial aos legisladores, argumentando que:

> *Por influencia da alta de preços nos gêneros de 1º necessidade n'estes tempos clamorosos, soffrem todas as classes menos abastadas, e especialmente os empregados públicos da ordem dos mesmos abaixo assinados, cujos vencimentos são deficientes e neste caso impossível o equilíbrio de vida, que, ainda com a maior economia, suportam as mais terríveis privações. Viemos, Exmos. Srs., confiando na porção de philantropia que tendes reservado para os vossos feitos pedir uma applicação justa e rasoavel para o aumento dos poucos vencimentos que recebemos* (ALEPE, caixa 146, 1881).

Os guardas deixavam claro que seus salários estavam defasados diante do aumento dos preços de víveres, mas no documento não falam quanto recebiam, dão apenas duas pistas sobre a questão: a primeira dizendo que pertencem a "classes menos abastadas", a segunda explicitando quanto ambicionam receber, quando escrevem que: *consagraremos a nossa pouca ambição a um pequeno augmento que elevem os nossos actuaes vencimentos a 1:00$000 réis mensais, e isto, Exmos. Srs., deficiente ainda, porem, poderá aliviar mais as tropelias e desarranjos que são motivados pela carência* (ALEPE, caixa 146, 1881). Para saber o valor exato de quanto eram os "actuaes vencimentos" que levavam esses trabalhadores a *tão longos dias de soffrimento, no desprovido aposento onde a necessidade tem feito a sua guarita* (Idem), procurei seus nomes na lista de votantes da freguesia de São José. Dos sete peticionários localizei quatro, todos recebiam vencimentos de 720$000 réis anuais conforme a publicação eleitoral. Atente que este montante era muito mais do que os 200$000 réis mínimos que eram exigidos para se tornar votante, era também mais dinheiro do que um terço da população que votava em São José ganhava. Mas ainda assim, de acordo com os relatos dos guardas em questão, aquela era uma quantia insuficiente para livrar o orçamento de uma família de São José das "mais terríveis privações", palavras de carestia típicas a um discurso que solicita aumento de salário.

A atividade peticionária era um direito garantido desde a primeira Constituição,[19] este meio de reivindicação, que se pretende ponte ou linha de comunicação direta da população com seus representantes, era um dos meios com que os trabalhadores do Recife efetivavam uma prática de cidadania como agentes ativos politicamente e denunciavam o estrutural problema da proletarização do trabalho livre, pois além das queixas dos guardas do mercado em relação aos baixos salários, outros problemas que atingiam os trabalhadores pobres motivaram o envio de mais petições às autoridades provinciais.

A velha lei econômica da oferta e da demanda atingia em cheio os trabalhadores recifenses, entre eles, um grupo específico se manifestou em busca de mais espaços no mercado de trabalho: os talhadores de carne. Antenados com a conjuntura política, vinte talhadores do Recife encaminharam a Assembléia Provincial duas petições onde reivindicavam que a prática deste ofício fosse vetada à população escrava. Quando digo que esses talhadores estavam antenados com a conjuntura política da época é porque nos documentos a estratégia adotada por eles alinhava-se a uma bem traçada retórica abolicionista. Ao enviar as petições, em 1881, os talhadores tinham ciência de que os argumentos contra o trabalho cativo tinham mais força do que nunca. Usando habilmente jargões abolicionistas que noutros tempos teriam bem menos ressonância, mas que então eram conclamados aos quatro ventos no Recife, conseguiram que a Câmara Provincial vetasse aos escravos o exercício de talhador.

O ato dos legisladores que foi apodado com muita pompa pelos talhadores de "justiça patriótica", ou alardeado como um ato de "civismo público" (ALEPE, caixa 146, 1881), foi camuflado como se fosse um passo no caminho da abolição, ainda nas palavras dos talhadores livres: "para que vá desapparecendo o espectro que infelizmente ainda reflecte negras sombras sobre o pedestal da liberdade", e não deixava de ser isso mesmo, só que obviamente não era somente isso. Ainda que a participação da mão de obra escrava não fosse tão significativa na economia recifense em idos de 1880 como era antes, cada vaga no mercado de trabalho era um campo de disputa potencializado pelo alto desemprego que se vivia então, de modo que os talhadores livres encaparam essa luta em benefício de seus pares com todo o vigor. Reivindicavam a proibição do trabalho escravo não só nos talhos públicos e comerciais, em mercados e açougues, pediam mais, exigiam o veto também nos talhos particulares. Conforme a petição, o trabalho escravo seria abolido nos talhos de todo o Recife, minando completamente qualquer tipo de concorrência entre o trabalho livre e o es-

cravo neste ofício, como ressalta o trecho da petição abaixo:

> *[...] porque é contrário ao espírito do século que continue o serviço escravo em concurrencia com o serviço livre, vem pois os suplicantes respeitosamente requerer a VVExc. que se dignem vedar todo o serviço escravo dos talhadores, quer no mercado público, quer nos talhos particulares, mesmo dos próprios senhores* (ALEPE, caixa 146, 1881).

A reivindicação garantia aos talhadores livres vagas de emprego em um mercado de trabalho marcado pelo processo de *proletarização* com seus altos índices de desemprego, mas tudo indica que o controle do mercado não foi a única motivação dessa empreitada. A mão de obra escrava era tida como desqualificada, os cativos considerados "ineptos" para o trabalho, por sua suposta "falta de inteligência" (CAMERA, 2005, p. 35), agregavam valores ao ofício de talhador que eram incongruentes com um projeto de construção de identidade coletiva que os próprios talhadores ambicionavam construir para si, como sinalizam na última linha da petição, afirmando-se como "uma corporação de homens livres que aspiram a consideração da sociedade".[20]

O senso de oportunidade dos talhadores era aguçado e não foi em vão que eles se posicionaram por condições mais amplas de trabalho justamente entre os anos de 1880 e 1881. Naquele biênio a carestia das carnes verdes era debatida cotidianamente na imprensa e a matéria-prima do labor dos talhadores era vendida a peso de ouro. Esses homens que cortavam e selecionavam as rezes de carne viram que o momento de valorização do preço do produto, poderia ser também um momento impar para lutar pela valorização de sua mão de obra. No final das contas eles conseguiram deter o monopólio do ofício nas mãos dos livres, mas a experiência de associação levou esses homens a encampar outras lutas.

Ainda em idos de 1881, um delegado de polícia do Recife registrou no livro de ocorrências que a "Sociedade dos Talhadores de Carnes Verdes" havia deflagrado "uma greve motivada por imposições municipais que julgou arbitrárias" (APEJE, 1881, Fundo SSP, livro nº. 425). A causa da greve não fica clara, mas a movimentação criada por ela foi tamanha que "as 8 horas da manhã sendo já extraordinário o ajuntamento de pessoas" o administrador do mercado foi levado a convocar o delegado de polícia "afim de evitar uma perturbação da ordem". Com a presença do delegado iniciou-se uma mesa de negociações com uma comissão que representou os talhadores, o administrador do mercado e o próprio delegado, resultando dela um consenso entre as partes, ao que "voltaram os talhadores ao exercício de suas funções aguardando pacificamente a resolução do recurso intentado" (APEJE, 1881, Fundo SSP, livro nº. 425).

A cena não era comum. Trabalhadores braçais, pobres e, pode-se até conjecturar que fossem analfabetos, sentados à mesma mesa que um delegado de polícia (bacharel em Direito) e um administrador público. Todas essas figuras destacadas socialmente em reunião com populares, discutindo projetos e negociando uma convivência, um plano de trabalho comum. A ocasião era mesmo inusitada para a época, uma situação que fora forjada por um grupo de talhadores coesos, homens com um tino político aguçado e que vinham se movimentando em luta por melhores condições de trabalho há algum tempo. Tanto que, ainda no começo de 1881, o grupo já era visado pelo chefe de polícia da província, o Dr. Costa Ribeiro, que recomendara que o delegado da capital ficasse de olho nos acontecimentos do Mercado Público. Em resposta ao chefe de polícia, o delegado deu ordens para o subdelegado do 2º distrito da freguesia de São José todos os dias pela manhã comparecer no referido estabelecimento, para prevenir, com sua presença, qualquer fato que pudesse perturbar o andamento dos serviços.

Esse tipo de receio que setores da elite, especificamente aqueles responsáveis pela segurança, tinham em relação aos trabalhadores pobres, não pode deixar também de ser atribuído a um efeito colateral do pro-

cesso de proletarização, que dialeticamente impelia os trabalhadores a unirem-se por condições mais dignas de trabalho.

Uma das facetas mais visíveis desse processo de proletarização era a degradação das condições de trabalho, que na falta de um código trabalhista atingia níveis sobre-humanos de exploração da mão de obra. Trabalhadores do comércio de Goiana[21] e Paudalho, duas cidade que ficavam a poucos quilômetros do Recife, denunciavam situações emblemáticas em petições enviadas a mesma Assembléia Provincial. Nos dois municípios os "caixeiros e mais empregados dos estabelecimentos de víveres, lojas e padarias" eram obrigados a trabalhar os sete dias da semana, *de manhã a noite nos domingos e dias santos, em menoscabo da religião e ruína da saúde d'aquelles aos quaes a pobreza os leva a supportar taes serviços, não havendo para elles descanso algum* (ALEPE, caixa 146, 1881). A estratégia argumentativa adotada pelos trabalhadores de Goiana era diferente, porém não menos convincente do que a utilizada pelos talhadores do Recife. Os caixeiros pediam *uma postura Municipal na Camara desta cidade, no sentido de se conservarem fechadas nos domingos e dias santificados, os estabelecimentos de fazendas, miudezas, ferragens, fabricas e armazéns de molhados* (Idem). Na ausência de uma legislação laboral que amparasse o direito a folga,[22] os peticionários sabiamente evocavam às sagradas escrituras com o objetivo de sensibilizar os legisladores, argumentando em torno do absurdo que havia no fato de em uma sociedade profundamente católica não respeitar

> *[...] a aplicação do preceito Evangélico 'descançarás no sétimo dia', ficando assim privados não só do repouso depois de seis dias de laborioso trabalho, como também do tempo que poderião empregar em alguns estudos para adquirirem instrucção a elles tão necessária [...]* (ALEPE, caixa 146, 1881).

Os parágrafos acima trazem relatos de trabalhadores que se movimentaram política e coletivamente em lutas aparentemente dispersas, onde pleiteavam salários justos, o direito de alimentar-se bem, o da folga para descansar, estudar e mesmo para namorar, benfazejo que era prejudicado pelas duras jornadas de trabalho como denunciava a cândida quadrinha:

> *Não posso, meu bem, não posso,*
> *He impossível lá ir,*
> *Que o diabo do balcão*
> *Não me consente sahir*
> (FREYRE, 2004, p. 395).

Todos tinham em comum o desejo de uma vida com mais dignidade e lutavam ativamente por isso, indo às ruas protestar, elaborando argumentos sofisticados, articulando-se entre si e traçando percursos políticos complexos, que em grande parte nem foram registrados nas letras rebuscadas das petições parlamentares, nem nas fontes tipográficas da imprensa da época.

Ainda assim muitos registros sobreviveram aos dias atuais para contar que em Pernambuco existia muita gente que se manifestava politicamente na construção e consolidação de direitos, em expedientes dos mais variados e que transcendiam a dinâmica eleitoral e o jogo clientelista. Muitos dos homens que se manifestavam não eram votantes nem mesmo com o sistema eleitoral amplo que vigorava. O grupo de talhadores de carne que enviou as petições à Assembléia Provincial, por exemplo, era composto por vinte homens, dos quais apenas dois foram alistados votantes em 1876, fato que, de qualquer forma, não os impedia de levar às instituições legislativas seus ensejos.

É interessante se pensar que, de alguma maneira, o sistema eleitoral com ampla participação favoreceu o desenvolvimento de uma cultura política urbana de massas no Recife,[23] seja por seus *meetings*, seja pelo aparecimento de lideranças carismáticas, o período eleitoral trazia elementos de mobilização que eram cada vez mais apropriados pela população e que, mesmo depois de passada a efervescência das campanhas, eram utilizados e ampliados a favor dos interesses da população mais pobre.

É nesse sentido que as eleições tinham um papel que ia muito além das cédulas jogadas

nas urnas, dos cacetes desfechados nas Igrejas ou dos homens que eram escrutinados, elas disseminavam táticas de mobilização popular e valores de cidadania política, e o que era mais importante, não só para a população que votava, mas para todo mundo que colocava os pés nas ruas da cidade nos dias próximos aos da eleição. Pois, mais do que eventos políticos, as conferências em praça pública ou teatro, eram eventos sociais, grandes reuniões que ocorriam geralmente aos fins de semana e que atraiam todo o tipo de gente. Visto que em uma cidade com poucas opções de divertimentos, ocasiões como essas, onde homens elegantes, altos e de bigodes lustrosos, como Joaquim Nabuco, professavam belas palavras em companhia de outros tantos jovens bacharéis, estudados nas melhores faculdades e viajados pela Europa.[24] Essas manifestações, eram para muitos uma atração que valia o preço das passagens de *bond* para o centro.[25]

Está certo que não se pode atribuir unicamente às eleições a natureza da complexa, e ainda pouco explorada, cultura política recifense, no entanto, não há como negar que elas se retroalimentavam. E querer saber se as eleições no Recife eram agitadas por causa da particular cultura política que envolvia a cidade, ou se a cultura política era tão particular por causa das eleições agitadas, é para mim caso típico de ovo de Colombo historiográfico.

Mas é certo que havia alianças entre setores populares e lideranças partidárias com ganhos para os dois lados. A questão das carnes verdes é um bom exemplo de causa popular ganha a partir de uma frente múltipla de atuação. O povo pressionou nas ruas, mas na imprensa e nas instituições governamentais quem representou a questão foram alguns parlamentares e membros vinculados ao Partido Liberal e ao Club Popular. A problemática teve por resolução a interferência direta do governo, que além de abrir os cofres com subsídios para alterar o preço das reses, também atuou por meio da regulação dos preços e fornecedores (ANNAES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, 1881). A visão simplista de que as eleições no século XIX tinham os resultados completamente engendrados pelo governo e que as candidaturas dependiam apenas da aprovação de padrinhos políticos em jogos de articulação que se desenvolviam em um universo de gabinetes a parte do espírito das ruas, é completamente equivocada, pelo menos para análises em centros urbanos. Na maior parte das conjunturas os políticos necessitavam vitalmente do apoio popular para a viabilização de suas candidaturas.[26]

Notas

[1] Este artigo é baseado em partes do terceiro capítulo da dissertação: SOUZA, Felipe Azevedo e. *Direitos políticos em depuração: A Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880.* Dissertação de mestrado, UFPE, 2012. A pesquisa que originou este trabalho foi vencedora do prêmio *Nelson Chaves de Trabalhos Científicos sobre o Norte e o Nordeste do Brasil 2009*, na categoria monografia de conclusão e curso. E-mail: felipeazv.souza@gmail.com

***** Mestre em História pela UFPE. Pesquisa desenvolvida mediante financiamento de bolsa CAPES-CNPq.

[2] ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 102. Sobre os arrecifes, dizia Tollenare "o mar quebra alí com violência, e dentro do molhe, que aparece como uma linha negra, os navios se acham em sossego junto à cidade." MAIOR, Mário Souto; DANTAS Leonardo Silva (org.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. FUNDAJ, Editora Massangana, Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1992, p. 93

[3] Anúncio de *Wilson Sons & C. Limited*, no *Diario de Pernambuco* de 29 de novembro de 1883. FUNDAJ, Setor de microfilmes.

[4] Segundo documentos oficiais, durante o ano de 1880, 318 estrangeiros vieram residir no Recife tendo por entrada o porto da cidade, em sua grande maioria homens, eram 301, das seguintes nacionalidades: Portugal, Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Itália e Hamburgo. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque abrio a Sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1880.* Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1880, CRL, p. 14.

[5] Censo de 1872. Segundo Heitor Moura, é difícil calcular quantas pessoas viviam em cada fogo, relatos documentais levantadas por suas pesquisas trazem uma variação que oscilava entre cinco e dez pessoas. MOURA FILHO, Heitor Pinto. *Um século de pernambucanos mal contados: Estatísticas demográficas nos oitocentos.* Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005, p. 43.

[6] Conforme a legislação eleitoral, poderiam ser votantes em 1876 aqueles que fossem homens livres, maiores de 25 anos e possuíssem uma renda maior ou igual a 200 mil réis.

[7] Inclui também aqui o ofício de *Prático*, que dizia respeito aos pilotos de embarcações

[8] Considero aqui apenas periódicos que tinham circulação por toda província, extrapolando os limites de Recife. *Diario de Pernambuco* na Rua Duque de Caxias nº 44; *Jornal do Recife* na rua do Imperador nº 47; *O Tempo* na Duque de Caxias nº 28 e 30; *A Democracia* rua do Imperador nº 77. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agricola da Provincia de Pernambuco para o anno de 1881*. Recife, Typographia Mercantil, 1881, p. 185.

[9] Idem, pp. 148 e 147.

[10] Em 1863, o bacharel Manoel Honorato dizia haver no Gabinete Português entre 7 e 8 mil livros. No bairro de Santo Antonio também estava situada a Biblioteca Provincial, cujo acervo era de 2.542 volumes. HONORATO, Manoel da Costa. *Diccionario Topographico, Estatistico e Histórico da Província de Pernambuco*. Recife: Typographia Universal, 1863.

[11] Pseudônimo de Antonio Pedro de Figueiredo (1814-1850), intelectual redator de diversos jornais em Recife como *O Progresso* e *A Carteira*, foi professor do Liceu Provincial e do Ginásio Pernambucano e atuou também tradutor.

[12] "Os ajuntamentos em lojas e boticas, que podem terminar em comícios inflamados, ou mesmo em explosões de mata-marinheiro, constituem importantes formas de propaganda política". In: MARSON, Isabel Andrade. *Movimento Praieiro: Imprensa, ideologia e poder político.* São Paulo, Ed. Moderna, 1980, p. 55.

[13] ROSAS, Suzana Cavani. *Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado*. Revista Clio. Série história do Nordeste, Recife, v. 20, 2004, p. 91. Em celebração de sua candidatura, o conservador Augusto de Oliveira fez uma reunião onde serviu "bom fiambre, perus gordos, vitella, gelados e tudo quanto offerece a arte culinária, e de finíssimos vinhos" in *A Província*, 20 de outubro de 1876. *Bem feito*.

[14] *A Província*, 8 de outubro de 1876. *Uma noite de orgia*. Para descrições detalhadas sobre o *modus operandi* em torno dos barracões, consultar: SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império.* Brasília, Gráfica do Senado Federal, Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, Vol. nº 18, 1979; LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: Partidos e eleições no Maranhão*. Brasília, Senado Federal, 2004. É interessante notar que práticas muito similares aconteciam também na Grã Bretanha, conforme relato literário de Charles Dickens em seu *As aventuras do Sr. Pickwick.* DICKENS, Charles. *As aventuras do Sr. Pickwick*. Porto Alegre, Editora Abril, 1971. Ver em especial o capítulo XIII: *Notícia de Eatanswill; da situação de seus partidos; e da eleição de um membro para representar no Parlamento aquele antigo, leal e patriótico burgo.*

[15] Os liberais que haviam se abstido em eleições anteriores, voltavam a disputar o pleito de 1876 com força total motivados pela reforma eleitoral que efetuou-se um ano antes. Sobre o tema ver: SILVA, Lyana Maria Martins da. *O "estelionato político" no Império: reforma eleitoral e a eleição de 1876 no Recife.* Monografia em História, UFPE, Recife, 2010.

[16] "Anteontem por ordem do Sr Dr Cunha de Menezes, médico do matadouro público, foram inutilizadas as carnes de uma vez pertencente a *Companhia de Carnes Verdes*, por não se acharem em condições de servir para alimentação." Era o que dizia uma pequena nota publicada no *Diario de Pernambuco* em 19 de abril de 1880, sob o título *Bois pesteados*. FUNDAJ, Setor de microfilmes.

[17] Os preços da carne verde que eram de 320 réis o quilo no inverno e 450 no verão, passaram a oscilar entre 400 e 450 no inverno e de 720 a 800 no verão, "o que é desmesuradamente superior as posses da maior parte da população, que vivendo de um salário diário restrito, não pode superar esses excessivos preços, e consequentemente sofre em sua saúde o contra-choque da falta de alimentação baseada nas carnes verdes." *Diario de Pernambuco*, 4 de abril de 1880. FUNDAJ, Setor de microfilmes.

[18] "Sua popularidade entre os artistas mecânicos da província era reconhecida até por seus adversários. Era capaz de angariar votos no Recife e em algumas povoações do interior, principalmente Nazaré, onde morou e publicou o jornal O Nazareno. A imprensa considerava-o líder dos cinco mil, a quem eram atribuídas as agitações populares em favor

da nacionalização do comércio a retalho. Mesmo que Borges da Fonseca não tivesse sido eleito ele era cobiçado". In. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848 – 1849.* Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n° 45, pp. 209 – 238, 2003, p. 216.

[19] No artigo 179, parágrafo Nº XXX, lia-se "Todo o Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores." BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brazil*: promulgada em 25/03/1824. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1737 (Acessado em 12/12/2011)

[20] Petição escrita por representantes da Associação Amor a Beneficência das Carnes Verdes requerendo aos deputados da Assembléia Provincial de Pernambuco a aprovação dos artigos 220 e 230. Abaixo-assinado em anexo. 3 de abril de 1875. Série Petições: Caixa 139. ALEPE, divisão documental. Claudio Batalha afirma em estudo que "a posição das sociedades mutualistas operárias com respeito à escravidão, sobretudo a partir dos anos 1870, é muitas vezes abertamente contrária a essa forma de exploração do trabalho. Algumas dessas associações contribuem para a campanha abolicionista...". BATALHA, Claudio H.M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cad. AEL, v. 6, nº 10/11, 1999, pp. 42-68, p. 63.

[21] Segundo Evaldo Cabral, ainda em 1881 Goiana era a segunda cidade da província em termos econômicos, diz o autor que "Goiana dominava, desde o período colonial, o comércio da 'mata seca', do agreste pernambucano e dos sertões da Paraíba e Rio Grande do Norte, na condição de intermediário da praça do Recife". MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império, 1871-1889*, 2º ed., Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1999, p. 231.

[22] Na *Lei de Locação de Serviços de 1879*, legislação que na época regulava os contratos de trabalho, não há referência ao direito de folga. LAMOUNIER, Maria Lúcia. *O trabalho sob contrato: a Lei de 1879*. Rev. Brasileira de História, São Paulo, v. 6, nº 12, mar-ago 1986, pp. 101-124.

[23] O conceito de cultura política é híbrido e pode ser empregado de maneira bastante elástica, aqui é utilizado a partir de basicamente três pontos de referência analíticas, as *lógicas de ação e de situação*, que permitem "desvelar a coerência da movimentação dos atores presente na produção de sentidos, nas suas tentativas de se compreenderem nas suas controvérsias, disputas e compromissos, na resolução de seus problemas"; as *estruturas de temporalidade* que tratam dos "contextos temporais onde as culturas políticas emergem e se transformam"; e as *estruturas de interação*, "onde os atores operariam, estabelecendo relações de comunicação, cooperação e conflito". DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias.* Varia História, nº 28, dez. 2002, p. 20. A aplicação dessas chaves analíticas permite que seja identificado um certo padrão de "repertórios" de mobilização e atuação política no Recife durante boa parte do século XIX, com manifestações e conferências públicas frequentadas por grande número de pessoas, mas com papeis delimitados por traços hierárquicos. Trabalhos desenvolvidos nos últimos anos por Isabel Marson, Celso Castilho, Suzana Cavani Rosas e Marcus Carvalho, trazem algumas dessas tensões presentes nas recorrentes manifestações ocorridas nos espaços públicos do Recife entre 1840 e 1880. Para o conceito de repertório, ver: TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York, Mcgraw-Hill, 1978, p. 151.

[24] Sobre as relações de sociabilidade que eram travadas em eventos políticos no Brasil de fins do XVIII e início do XIX e a interpretação de aspetos imagéticos e simbólicos circulantes nestas ocasiões, ver: SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831).* São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

[25] Os bondes eram muito utilizados para transportar as pessoas que iam aos meetings, é muito comum encontrar relatos de manifestações publicas onde o povo chegava por bondes. Na campanha eleitoral de 1884, em um meeting no Largo da Paz em que, segundo o jornal do Recife, compareceram mais de 2.000 pessoas, "os carros da Companhia Ferro Carril, na linha que ali vai ter, transitaram ali constantemente cheios". NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa.* 2º Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

[26] Em estudo recente, Marcelo Mac Cord mostrou que nas primeiras eleições da década de 1880 os candidatos que se elegeram para a Câmara dos Deputados pelos dois distritos eleitorais da cidade do Recife haviam costurado profundas relações políticas com entidades de classe que representavam os artistas mecânicos. MAC CORD, Marcelo. *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania, e a reforma eleitoral de 1881 no Recife.* No prelo.

Referências bibliográficas

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho:* a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BATALHA, Claudio H.M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX:* algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cad. AEL, v. 6, nº. 10/11, 1999, pp. 42-68.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº. 45, pp. 209-238, 2003.

DICKENS, Charles. *As aventuras do Sr. Pickwick*. Porto Alegre: Editora Abril, 1971.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias*. Varia História, nº. 28, dez., 2002.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos:* decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, 15ª ed-rev.

_____. *O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti"*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

HOUNIE, Emilia Verônica R. Gantzer de. *De retirante a trabalhador:* a grande seca de 1877-1879 e a organização do mercado de trabalho livre em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE-CFCH, Recife, 1992.

JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Editora Nordeste, 1952.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *O trabalho sob contrato: a Lei de 1879*. Rev. Brasileira de História, São Paulo, v. 6, nº. 12, mar-ago 1986, pp. 101-124.

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon:* Partidos e eleições no Maranhão. Brasília: Senado Federal, 2004.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimes, casacas, tijolos e livros:* uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH-Unicamp, 2009.

_____. *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais:* mutualismo, cidadania, e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. No prelo.

MAIA, Clarisse Nunes. *Policiados:* controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2001.

MARSON, Isabel Andrade. *Movimento Praieiro:* Imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império, 1871-1889.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1999.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Diario de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1849-1889)*. Recife: *Diario de Pernambuco*, 1975. v. II

MOURA FILHO, Heitor Pinto. *Um século de pernambucanos mal contados:* Estatísticas demográficas nos oitocentos. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884*. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa. 2ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

ROCHA, Arthur Gilberto G. de Lacerda. *Discursos de uma modernidade:* as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880). Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2003.

ROSAS, Suzana Cavani. *Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado.* Revista Clio. Série história do Nordeste, Recife, v. 20, 2004.

_____. "Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife na década de 1860: Os meetings do bairro popular de São José". In: RIBEIRO, Gladys Sabina e FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. Rio de Janeiro: Alameda, 2011.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Das festas aos botequins:* organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado) – UFPE-CFCH, Recife, 2011.

_____. Justiça, controle social e escravidão em meados do século XIX. *Revista Documentação e Memória*, Recife, v. 1, nº 1, jul/dez., 2008.

SILVA, Lyana Maria Martins da. *O "estelionato político" no Império:* reforma eleitoral e a eleição de 1876 no Recife. Monografia em História, UFPE, Recife, 2010.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra:* Trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2004.